



Ibiráçu, 08 de julho de 2024.

De: Protocolo

Para: Protocolo

Referência:

Processo nº 84/2024

Proposição: Requerimento nº 10/2024

Autoria: Breno do Salão

Ementa: Que seja remetido à Câmara Municipal, as informações específicas, acerca do andamento das adequações da rede elétrica e instalações dos aparelhos de ar condicionado nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, considerando as obrigações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado entre o Ministério Público e esta Municipalidade, onde fora fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão das diligências estabelecidas. **JUSTIFICATIVA:** O presente pedido de informações tem o propósito de possibilitar o efetivo exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo sobre a atuação administrativa do Executivo Municipal, viabilizando, inclusive, o conhecimento integral das informações condizentes com o andamento das obrigações e suas respectivas diligências, que tem como propósito, as adequações da rede elétrica e a efetivação das instalações dos aparelhos de ar condicionado nas Escolas do Município, possibilitando assim, obter-se o exato conhecimento e transparência do cumprimento do TAC em questão.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Aguardando Resposta do Executivo Municipal

Ação realizada: Resposta Recebida

Descrição:

Certifico que através do Ofício nº 169/2024/GAB, proveniente do Executivo Municipal, foi encaminhada resposta ao Requerimento CMI nº 010/2024, que vai anexado aos presentes autos, certificando, ainda, que foi encaminhado ao Exmo. Sr. Vereador Requerente Breno Lucio Andrade Oliveira respectivo documento, por cópia impressa e arquivo digital. Concluída a tramitação, encaminho os autos para o arquivo.

Próxima Fase: Arquivado

Geruza Piol





CÂMARA MUNICIPAL DE
IBIRAÇU
PODER LEGISLATIVO

Agente Legislativo
1781269



Autenticar documento em <https://camaraibiracu.nopapercloud.com.br/autenticidade>
com o identificador 320032003000320036003A005400, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.